


## **5. PLANO DE URBANIZAÇÃO DAS SETE FONTES (PUSF):**

Submete-se para apreciação do Executivo Municipal o processo relativo ao **PLANO DE URBANIZAÇÃO DAS SETE FONTES (PUSF)** a fim de serem tomadas as seguintes deliberações:

- Aprovação do relatório de ponderação dos pareceres das entidades que se pronunciarem em sede de conferência procedimental;
- Aprovação da versão final do projeto do PU (que integra as alterações efetuadas na sequência daquela ponderação), para efeitos da sua sujeição a discussão pública;
- Deliberação de abertura do período de discussão pública (e respetiva publicação) nos termos do disposto no artigo 89.º, nºs 1 e 2 do RJIGT com indicação, logo neste momento, da metodologia que será adotada para este efeito e da forma como se dará cumprimento à ponderação dos seus resultados (ver informação técnica em anexo).



Pelouros da Regeneração Urbana, Património,  
Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

A ~ do E. ~.  
20 06 19  


### ASSUNTO: Plano de Urbanização das Sete Fontes (PUSF)

O ancestral sistema de abastecimento de águas à cidade de Braga, com obra hidráulica do século XVIII, designado popularmente como “Sete Fontes”, constitui um sistema de captação, condução e abastecimento de água à cidade, beneficiado e monumentalizado em meados do século XVIII, no episcopado de D. José de Bragança então Arcebispo de Braga (1741/1756), sendo classificado como Monumento Nacional em 2011. O Complexo Monumental das Sete Fontes **tem hoje um inequívoco e incontestável valor patrimonial, cultural e ambiental e tem sido alvo de inúmeras diligências por parte do executivo com vista à sua recuperação, promoção e valorização.**

Relativamente ao Plano de Urbanização para as Sete Fontes tendo em consideração:

- Que a elaboração do Plano de Urbanização das Sete Fontes (PUSF) foi efetuada com o acompanhamento, solicitado pela Câmara Municipal de Braga, do ICNF e da DRCN (n.º 1 do artigo 86.º do RJIGT), tendo sido efetuada, nesse âmbito, a necessária concertação de posições com estas entidades;
- Que o projeto do PUSF foi objeto de conferência procedimental, no âmbito da qual foram igualmente discutidas e concertadas posições com as entidades que nela participaram (n.º 2 do artigo 86.º do RJIGT);
- Que foram devidamente ponderados e acolhidos os pareceres das entidades, sendo que a única condição não acolhida (relativa à não adoção de conceitos do Decreto Regulamentar n.º 5/2009) foi previamente discutida na reunião da Conferência Procedimental, motivo pelo qual não tem lugar uma nova concertação ao abrigo do artigo 87.º do RJIGT;

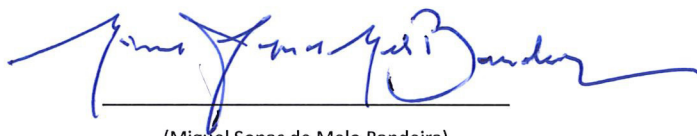
Cumprir dar continuidade ao procedimento de elaboração do PUSF, o que deverá ser feito com as seguintes deliberações da Câmara Municipal:

- Aprovação do relatório de ponderação dos pareceres das entidades que se pronunciarem em sede de conferência procedimental;
- Aprovação da versão final do projeto do PU (que integra as alterações efetuadas na sequência daquela ponderação), para efeitos da sua sujeição a discussão pública;
- Deliberação de abertura do período de discussão pública (e respetiva publicação) nos termos do disposto no artigo 89.º, n.ºs 1 e 2 do RJIGT com indicação, logo neste momento, da metodologia que será adotada para este efeito e da forma como se dará cumprimento à ponderação dos seus resultados (ver informação técnica em anexo).

À consideração superior,

Braga, 19 de junho de 2020

O Vereador do Planeamento, do Património e da Regeneração Urbana

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Miguel Sopas de Melo Bandeira', written over a horizontal line.

(Miguel Sopas de Melo Bandeira)

## **Plano de Urbanização das Sete Fontes – Passos subsequentes**

**Passos procedimentais subsequentes à ponderação das pronúncias das entidades proferidas em sede do parecer emitido ao abrigo do artigo 86.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.**

Tendo em consideração:

- Que a elaboração do Plano de Urbanização das Sete Fontes (PUSF) foi efetuada com o acompanhamento, solicitado pela Câmara Municipal de Braga, do ICNF e da DRCN (n.º 1 do artigo 86.º do RJIGT), tendo sido efetuada, nesse âmbito, a necessária concertação de posições com estas entidades;
- Que o projeto do PUSF foi objeto de conferência procedimental, no âmbito da qual foram igualmente discutidas e concertadas posições com as entidades que nela participaram (n.º 2 do artigo 86.º do RJIGT);
- Que foram devidamente ponderados e acolhidos os pareceres das entidades, sendo que a única condição não acolhida (relativa à não adoção de conceitos do Decreto Regulamentar n.º 5/2009) foi previamente discutida na reunião da Conferência Procedimental, motivo pelo qual não tem lugar uma nova concertação ao abrigo do artigo 87.º do RJIGT;

Cumpra dar continuidade ao procedimento de elaboração do PUSF, o que deverá ser feito com as seguintes deliberações da Câmara Municipal:

- Aprovação do relatório de ponderação dos pareceres das entidades que se pronunciarem em sede de conferência procedimental;
- Aprovação da versão final do projeto do PU (que integra as alterações efetuadas na sequência daquela ponderação), para efeitos da sua sujeição a discussão pública;
- Deliberação de abertura do período de discussão pública (e respetiva publicação) nos termos do disposto no artigo 89.º, n.ºs 1 e 2 do RJIGT com indicação, logo neste momento, da metodologia que será adotada para este efeito e da forma como se dará cumprimento à ponderação dos seus resultados (ver pontos seguintes).

### **Metodologia da discussão pública**

Importa sublinhar que a salvaguarda e a preservação das Sete Fontes, decorre de um intenso processo de participação pública. A própria classificação como Monumento Nacional, em 2011, foi resultado de uma dinâmica cidadã ímpar, iniciada no final da década de 90.

No quadro da elaboração do PUSF, até ao momento, o processo de participação adotado foi marcado:

- Por duas apresentações públicas (no início e na fase final da sua elaboração);
- Por um número significativo de reuniões com proprietários (localizados primordialmente na área que se perspetiva como Parque);
- E por um conjunto alargado de reuniões e visitas de campo com associações (ambientalistas e historicamente ligadas às Sete Fontes) e outros agentes com responsabilidade política e administrativa sobre a zona.

No momento atual, correspondente à abertura do período de discussão pública, determina-se que:

- A discussão pública do PUSF terá início cinco dias úteis após a publicação do aviso em

Diário da República e terminará a 30 de setembro de 2020 (pretende-se que o período de discussão seja alargado, estendendo para o efeito o prazo mínimo legalmente imposto);

- Todos os elementos do PUSF (a proposta técnica, o respetivo relatório ambiental, o parecer final, a ata da comissão consultiva, os demais pareceres emitidos e os resultados da concertação) estarão disponíveis:
    - Digitalmente, num sítio eletrónico a criar para o efeito (alojado e devidamente publicitado em <https://www.cm-braga.pt/>);
    - Fisicamente, para consulta presencial, no Balcão Único do Município de Braga (sendo que a consulta poderá ocorrer todos os dias úteis entre as 9h00 e as 17h30).
  - Elementos gráficos selecionados (relativos ao PUSF e ao Monumento Nacional das Sete Fontes) estarão expostos em painéis na Avenida Central/ Praça da República.
  - Será publicado um suplemento em dois jornais que apresente sumariamente a proposta do PUSF;
  - Será publicitada e promovida a participação dos cidadãos através de anúncios em *Mupis* de Rua (existentes em Braga);
  - Os interessados poderão apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões preenchendo e submetendo formulário criado para o efeito (a disponibilizar no lugar da consulta presencial e no sítio eletrónico do PUSF);
- Os interessados poderão solicitar pedido de esclarecimento para o email [pu.setefontes@cm-braga.pt](mailto:pu.setefontes@cm-braga.pt)
- sendo, caso necessário, reunião posteriormente agendada).

#### **Ponderação dos resultados da discussão pública (Relatório de Ponderação)**

Finda a discussão pública, será elaborado um relatório onde todas as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados pelos particulares serão objeto de ponderação, com a sua identificação e a indicação, conforme o caso, do seu acolhimento ou não acolhimento e respetiva justificação. No caso de acolhimento o relatório explicitará, ainda, a forma como a posição apresentada foi integrada na opção do plano.

Jorge Carvalho

Fernanda Paula Oliveira

Frederico Moura Sá